

25. JUN. 1985

CIDAC 00325
Centro de Documentação

Tomada de posição perante
o documento indonésio
"Religious life in East Timor"

Introdução

O problema religioso em Timor e especialmente a vida da Igreja, é muito relacionado ao problema político. Não seria realista falar da Igreja e de seus problemas fora do contexto político onde se encontra actualmente o povo de Timor, cuja maioria é católica. As declarações desse documento indonésio reflectem bem os interesses políticos do Governo da Indonésia implicados nos vários problemas religiosos. Como cristão e como religioso timorense, tenho a obrigação de manifestar claramente os meus pontos de vista em relação à situação onde se encontra a Igreja de Timor.

Antes de abordar os pontos principais desta reflexão, quero em primeiro lugar referir-me ao contexto político. A Igreja de Timor vive essa realidade política de opressão e de genocídio. Está sob a contínua pressão do Governo da Indonésia e é obrigada a servir os interesses políticos do tal governo. Tudo o que a Igreja diz e faz não passa despercebido aos olhos do Governo que cada vez mais se mostra cruel, a ponto de empregar os meios de violência para fazer da Igreja um simples instrumento político. Até não tem sentido nenhum falar da liberdade religiosa num território ocupado como é o caso de Timor, onde há intervenção militar e civil do Governo da Indonésia em todos os campos de acção da Igreja. O que os indonésios chamam "liberdade religiosa" não é mais do que um slogan para da a entender ao mundo que não há interferência ou repressão da parte do governo no assunto da Igreja e que entre ambos existe

I. Liberdade Religiosa (Cf. p. 2, 3, 7 do documento)

Como já dissemos acima, os movimentos e campanhas de indonésianização e sobretudo de javanização ~~infiltra~~ infiltram-se em todos os aspectos da vida social, económica e religiosa do Povo de Timor-Leste. A Igreja de Timor encontra-se diante de um dilema: ou tomar uma atitude firme de defesa da fé e da tradição católica do Povo de Timor no esforço de lutar pela implementação dos direitos humanos e da justiça social, ou trabalhar com o governo indonésio, mãos dadas ao carrasco que vem precisamente destruir a identidade étnica, cultural e religiosa do povo. É preciso afirmar com toda a convicção e realismo que não há liberdade religiosa em Timor. Se é impossível imaginar no contexto actual uma liberdade política que garanta o exercício dos direitos fundamentais do Povo, quanto não será ingénuo e infantil falar de liberdade religiosa. Se mesmo no viver do dia a dia do timorense não há liberdade, quanto mais na sua vida religiosa!

Consequentemente, afirmar que o Povo de Timor goza de uma plena liberdade religiosa não é mais do que um argumento sem fundamento nenhum.

1. Mgr. Carlos Filipe Ximenes Belo (Cf. p. 2, p. 3, p. 7)

É a imagem de administrador apostólico que agrada aos indonésios, embora estes se apercebam de que muitas vezes nem sempre é fácil fazer-lhe dizer a mentira. Em todo o caso há uma certa ambiguidade na tomada de posição de Mgr. Belo. Por um lado ele procura velar pelos interesses do povo, denunciando certas injustiças e abusos, mas por outro lado, forçado talvez pela situação, colabora com os indonésios, concede grandes audiências aos militares e ao pessoal da Igreja da Indonésia.

É um homem muito novo, sem experiência e com uma visão muito mesquinha do universalismo da Igreja. Pede padres e madres à Indonésia em nome do universalismo da Igreja; mas mal se apercebe de que estes padres e madres, uma vez instalados em Timor, desempenham o papel de espiões e de bufos contra os próprios timorenses. Perante as grandes promessas e os grandes subsídios do governo, o Mgr. procura suavizar a situação, apelando pela colaboração ~~e~~ dos timorenses e do clero nativo com a Indonésia.

O Governo da Indonésia exerce uma pressão considerável sobre a pessoa do Mgr. Belo. As homílias dadas e as visitas pastorais que ele faz às cristandades do interior são controladas pelos militares. Há militares que desfarçando-se em cristãos piedosos aproveitam das cerimónias religiosas para espiar e captar o que o Mgr. e os outros sacerdotes dizem. Não é possível falar abertamente dos problemas que afectam hoje a vida social e religiosa do povo de Timor. Por todos os lados há espiões. Os militares e as autoridades civis não querem que o administrador apostólico e os sacerdotes façam homílias e práticas focando o tema de sofrimento e de dor. A mínima referência ao sofrimento directa ou indirectamente relacionada à situação é considerada como anti-Pancasila, anti-Indonésia. O próprio Mgr. foi advertido pelos militares a não falar mais de "política" durante as cerimónias.

Não é verdade o que se diz na página 3 do documento: "Mgr. Belo tem toda a liberdade de exercer todos os actos religiosos... sem restrições nem obstáculos". O Mgr. não pode por exemplo deslocar-se às zonas onde se encontram membros da Fretilin. E mesmo para zonas "normais", ele não pode falar das injustiças porque os militares infiltram-se na assembleia para espiar o que ele diz.

2. Escolas (cf. p.4)

Os 101 professores catequistas nomeados em Timor como diz o texto na pág. 4, na realidade são nomeados em Java e mandados para Timor. Geralmente são javanenses que não encontram emprego em Java e procuram valorizar-se em Timor. Mas os timorenses apercebem-se imediatamente do ponto fraco destes professores, por isso mesmo as crianças troçam-se deles e sabem que não são professores de qualidade. Antes de irem a Timor estes professores devem submeter-se a uma reciclagem organizada pelos militares. Quanto ao currículo das escolas, tudo é programado pelo Governo da Indonésia. A escola "Externato S. José" por exemplo não é reconhecida pelo estado porque tem um currículo diferente e adota ainda o antigo sistema português.

As crianças que vão à catequese são muitas vezes interpeladas pelos professores indonésios sobre as actividades do pai e as relações que estes mantêm com as forças da Fretelin. Os dias de recolha e outras festividades são asseguradas por um padre indonésio. Este obriga as crianças a seguir o que se faz em Java. Em todas estas actividades, o objecto de louvor, de honra e de culto não é Deus mas a Pancasila (ideologia do estado), o Governo. Qualquer padre, monge ou catequista indonésio que fale às crianças, sempre se refere ao deus Pancasila, ao Governo. A Fretelin e o comunismo são o "bonde éminaire" que alimenta o discurso destes tipos.

Será possível falar de uma liberdade religiosa neste ambiente onde tudo é controlado, e mesmo as actividades que se criam não visam outra coisa senão a integração,

Aproveitando desta situação imposta à força das armas, o Governo e mesmo a Igreja da Indonésia podem pretender fazer tudo, criando actividades, espalhando meios de comunicação com o único objectivo de destruir a identidade do povo de Timor e impôr-lhe o javanismo. Múscas, cerimónias, rezas, não são mais do que uma farsa para mostrar ao Povo que a Indonésia na pessoa de seus padres, madres e catequistas, respeita as tradições e os valores do povo. Mas o povo, por mais simples que seja sabe distinguir a qualidade de uma cerimónia indonésia conduzida por um padre indonésio duma cerimónia prevenida por um padre de Timor (timorense ou português).

Infelizmente há sacerdotes — sobretudo indianos que há mais de 20 anos trabalham em Timor — que se deixam facilmente enganar por este grande teatro e se deixam comprar pelos indonésios com grandes somas de dinheiro destinadas à construção de tal igreja, de tal escola etc...

3. Missas (Cf. p. 3)

Missas em Tetum (dialecto de Timor) e em Português em geral atraem grandes assistência constituída essencialmente de timorenses. Missas em indonésio são impostas pelos padres indonésios com um grande apoio do Governo.

Quanto a esse aspecto o Mgr. Belo quise que não tem autoridade nenhuma para impedir que haja missa em indonésio. Numa assistência de 100 timorenses e 2 indonésios, o Mgr. até preferia dizer a missa em indonésio para não "marginalizar" os dois indonésios. Isso tem acontecido. Há muito pressão da parte do governo sobre os sacerdotes para que acabem com as missas em português e em tetum, e comecem a celebrar em indonésio.

II. Colaboração com outros organismos (cf. p. 4)

O documento na pág. 4 cita alguns organismos com os quais a Igreja colabora na realização de programas sociais e humanitários. A Cruz Vermelha Indonésia até a data tem sido o organismo que mais prejuízos tem causado em Timor através de vários tipos de manipulação das ajudas e dos medicamentos. Ela favorece mais os militares e os civis indonésios que os próprios timorenses. A Conferência Episcopal da Indonésia tem dado umas poucas ajudas com o objectivo de integrar o mais rápido possível a Diocese de Dili na MAWI (Conferência ~~ep~~ episcopal). Há um representante da Conferência Episcopal que gera os interesses dos bispos da Indonésia em Timor sob pretexto de um trabalho social. A CRS americana é um boneco do Governo da Indonésia. O seu campo de acção é muito limitado e os resultados muito fracos. Outros organismos da Indonésia como a Fundação de S. Teresa em Djakarta nunca entraram em contacto com a Diocese de Dili.

Os programas ou projectos de assistência às crianças orfãs, aos desempregados e à classe social menos favorecida nunca se realizaram. Os meios de comunicação na Indonésia (TV, rádios e jornais) falam continuamente da criação de tais projectos, inaugurados com longos discursos do Presidente Soeharto, de um ministro qualquer e até com a bênção especial de um bispo indonésio. Mas, na realidade tais projectos permanecem como projectos no papel sem realização concreta.

III. Ajudas (cf. p. 5)

As ajudas que o governo da Indonésia fornece a Timor são antes de tudo destinadas aos muçulmanos. Estão através de grandes ^{campanhas} de islamização procuram conquistar adeptos à força do dinheiro e de coisas materiais. Os católicos da Indonésia instalados em Timor também beneficiam muito dessas ajudas.

D'entre o clero timorense sempre há um ou outro padre indiano que aproveita desses privilégios para alargar os edifícios da paróquia, dar-lhes mais brilho e encanto no meio de toda a miséria daquela que nem sequer têm um pedaço de pano para se cobrir. Grandes contratos se têm assinado entre o Governo da Indonésia e tais oportunistas. Se o Mgr. conseguir obter realmente uma parte dessas ajudas para a construção ~~des~~ de um tal edifício, o engenheiro indonésio que lança a obra, manipula mais de metade do subídio.

As ajudas do exterior nunca chegam a Timor. São bloqueadas em Djakarta ou pelos grandes funcionários ou pela Conferência Episcopal da Indonésia. Os medicamentos enviados do exterior, se conseguem chegar a Timor, não vão ao socorro do povo mas circulam no mercado negro contratado entre os indonésios e os comerciantes chineses. Medicamentos desses vendem-se caro. Tudo que vem do Exterior é controlado e muitas vezes manipulado pelos militares sob o pretexto de que em Timor não há doenças, epidemias e ~~para~~ fome. Até material de trabalho que havia no hospital de Dili nas outras repartições públicas foram desviados para Djakarta.

Muitas vezes tais aparelhos de valor desapareciam de noite para regressarem de manhã já muito bem decorados de flores, de laços, com uma grande placa que continha esta inscrição: "Oferta do Presidente Soeharto à Província de Timor".

IV. Serviços públicos (cf. p. 7)

Os postos mais elevados nas repartições de Timor são ocupados pelos indonésios, muçulmanos de preferência. Em geral estes indonésios não têm grande competência. Muitos timorenses foram obrigados a retirar-se dos postos que ocupavam (inclusive o funcionários mais antigos e competentes), para ceder lugar aos indonésios. Outros por um mínimo motivo de desconfiança são submetidos a grandes interrogatórios, às torturas, e à prisão, e assim deixam o lugar vago aos indonésios.

V. Estatísticas (cf. p. 6)

O número de católicos que tem aumentado durante estes últimos anos não é devido à integração mas à uma confiança firme na Igreja Católica como símbolo da defesa dos direitos do povo. É triste constatar que vários padres e até o próprio Mgr. não sabem apreciar a confiança que o povo deposita na Igreja. A contínua colaboração com as forças invasoras é uma prova disso.

Mas felizmente o povo ainda encontra muitos elementos do clero que dão provas de uma grande solidariedade. Os muçulmanos indonésios em Timor não estão muito contentes com o facto de haver aumento de número de baptismos.

Eles utilizam todos os meios para conquistar a simpatia do povo, quer através de dinheiro, de coisas materiais, quer através de facilidades e garantias de empregos etc.

VI. Antes e depois da Integração (cf. p. 6-7)

Não é verdade que no tempo dos Portugueses o campo de actividades apostólicas dos padres era limitado porque estes desempenhavam igualmente outras funções de carácter administrativo e civil. O número de funcionários timorenses competentes já era mais que suficiente naquela altura para deixar os padres ocuparem-se das coisas da Igreja. A Igreja de Timor nunca viu perder ou diminuir a influência que ela exerce sobre o povo. Antes pelo contrário este prestígio aumenta cada vez mais pois o povo vê na Igreja a sua única defesa, embora muitas vezes alguns sacerdotes não apreciem bem este sinal de confiança depositada neles. O grande problema para a Igreja actualmente é o controle, a interferência dos militares e do Governo da Indonésia nos assuntos religiosos. Quanto a esse aspecto a Igreja sente-se muito oprimida mas a sua autoridade e influência ainda é muito sensível e se exerce admiravelmente sobre o povo. O povo sabe que a Igreja está com ele.

Conclusão

É uma pura ilusão falar de liberdade religiosa em Timor. Mesmo as intenções mais puras da Igreja da Indonésia, sempre contêm um veneno político. Se o povo de Timor desconfia na própria Igreja da Indonésia, quant

não desconfiará do governo que nem proporciona
ao povo de Timor o mínimo de condições de sobrevivência.
Ninguém pode negar as campanhas de javanização e de
islamização que se fazem em Timor, em proporções sempre
crescentes. A única esperança do povo é a Igreja de
Timor. Oxalá que o Administrador Apostólico e o clero
não desiludam o povo e saibam manter-se firmes no
serviço da fé e na promoção da justiça social em
Timor-Leste.